



Processo nº: 0001782-02.2025.8.16.7000

Fiscalização

Serventia Correcionada: JUÍZO ÚNICO DE ALTO PIQUIRI - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

DADOS GERAIS

QUESTÃO / RESPOSTA
1INFORMAÇÕES GERAIS
1.1Juiz Titular//Juíza Titular:
Nome do Funcionário/Servidor: Linnyker Alison Siqueira Batista Data de Assunção do Funcionário/Servidor: 2023-10-16 00:00:00.0 Matrícula do Funcionário/Servidor: 20911
1.1.1Data em que assumiu:
2023-10-16 00:00:00.0
1.2Juiz Anterior//Juíza Anterior:
Nome do Funcionário/Servidor: Leonardo Grillo Menegon Data de Assunção do Funcionário /Servidor: 2019-02-14 00:00:00.0 Matrícula do Funcionário/Servidor: 15968
1.3Juiz Substituto//Juíza Substituta
Nome do Funcionário/Servidor: Thiago Stanley Gurski Data de Assunção do Funcionário /Servidor: 2024-10-14 00:00:00.0 Matrícula do Funcionário/Servidor: 21358
1.3.1Data em que assumiu:
2024-10-14 00:00:00.0
2QUADRO FUNCIONAL DA SECRETARIA
2.1Chefe de Secretaria//Escrivão//Escrivã:

Nome do Funcionário/Servidor: JULIO CESAR TONIN ALBINATI Data de Assunção do Funcionário/Servidor: 2013-11-25 00:00:00.0 Matrícula do Funcionário/Servidor: 52131	
2.2Relação de Analistas Judiciários:	
2.3Relação de Técnicos//Técnicas Judiciários:	
2.4Relação de Técnicos//Técnicas de Secretaria:	
2.5Relação de Estagiários//Estagiárias:	
2.6Relação de Funcionários//Funcionárias de Outros Órgãos (Cedidos):	
2.7Relação de Funcionários//Funcionárias (Escrivania privada):	
2.8O quadro funcional da Secretaria//Escrivania é adequado? Não	
Determinação / Recomendação: Verificouse que o quadro funcional da unidade apresenta defasagem. O número atual de servidores é inferior ao estabelecido no Decreto Judiciário nº 761//2017 e causa prejuízo à efetividade da prestação jurisdicional.	
3QUADRO FUNCIONAL DO GABINETE DO MAGISTRADO	
3.1Relação de Assistentes:	
3.2Relação de Estagiários//Estagiárias:	
3.3Relação de outros Servidores//Servidoras:	
4CONCLUSÕES FINAIS	
Observações 1) O Anexo C foi juntado na seq. 5. 1 da movimentação deste expediente; 2) Foi informado a composição com: 1 Chefe de Secretaria/Analista Judiciário; 1 Analista; 2 Técnicos	

Judiciários;
* Totalizam 4 servidores do quadro à disposição da secretaria;
* No Gabinete do Juiz(iza) constam: 3 Assistentes; 2 Estagiários, sendo 1 de Pós- Graduação.
* O QUADRO II - LOTAÇÃO PARADIGMA DE SERVIDORES POR SECRETARIA - TRIÊNIO 2021, 2022 e 2023 (vigente) prevê para unidade judicial: 4 servidores na secretaria; 4 no gabinete; total de 8 servidores/comissionados.
Encontra- se com déficit de 1 servidor.
3) Foram identificados 2 (dois) expedientes SEIs (0012957- 20. 2024. 8. 16. 6000 e 0034543- 55. 2020. 8. 16. 6000) com relatos de problemas estruturais na Vara Criminal de Alto Piquiri. O Magistrado constatou: a) inexistência de sala separada para votação dos quesitos pelos jurados; b) inexistência de sala de testemunha; c) problemas no passeio externo do fórum (nas calçadas), que apresentam rachaduras, partes da cobertura levantadas ou desniveladas, trazendo obstáculos de acesso dos pedestres.
Determinações Gerais

CRIMINAL

QUESTÃO / RESPOSTA
TIPO DE UNIDADE JUDICIAL
Comarca de Entrância Inicial Juízo Único competências: criminal; tribunal do júri; execução fechado e semiaberto; execução aberto; corregedoria dos presídios; execução de acordo de não persecução penal; execução de pena de multa; família e sucessões; infância e juventude; infância infracional; juizado especial cível, criminal e da fazenda pública; cível; fazenda pública; registros públicos; corregedoria do foro extrajudicial; competência delegada.
1.1.1 QUANTIDADE
1.1.1.1 Autos Ativos:
523
1.1.1.2 Autos Arquivados:
4153
1.1.1.3 Autos em Instância Superior:
78

1.1.1.4 Autos Suspensos:
53
1.1.2 MÉDIA DE DISTRIB//ARQ. NO PERÍODO CORRECIONADO
1.1.2.1 Distribuição de Procedimentos Investigatórios:
5, 13
1.1.2.2 Distribuição de Processos:
10, 52
1.1.2.3 Distribuição de Pedidos Incidentais:
12, 97
1.1.2.4 Distribuição de Cartas Precatórias//Fiscalização:
0, 44
1.1.2.5 Arquivamento de Processos:
11, 19
1.2 REMESSA
1.2.1 Os prazos do Ministério Público estão regulares?
Sim
1.2.2 Os prazos da(s) Delegacia(s) de Polícia estão regulares?
Sim
1.2.3 Os prazos das Demais Remessas estão regulares?
Sim
2 ANDAMENTO
2.1 O andamento dos feitos está regular, não havendo Autos Paralisados?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Consta 1 processo paralisado há 72 dias no filtro "Em remessa" (Autos 0000766- 03. 2023. 8. 16. 0042).
2) Verificar todos os autos que estão aguardando cumprimento de diligências (paralisados indevidamente), e dar imediato andamento. Regularizar.
2.2 As Citações e Intimações?
Não

Determinação / Recomendação: 1) Constam 3 intimações para Oficiais de Justiça aguardando análise de decurso de prazo, o mais antigo desde 29/10/2024 (0001093- 11. 2024. 8. 16. 0042). 2) Consta 1 intimação para expedir (Autos 0000735- 80. 2023. 8. 16. 0042). 3) Levantar todos os feitos paralisados indevidamente e dar imediato cumprimento e andamento. Regularizar.
2.3 As Análises de Juntadas? Sim
2.4 Os Demais Cumprimentos? Não Determinação / Recomendação: 1) Consta 1 guia de execução aguardando exportação ao SEEU desde 16/01/2025 (0000980- 38. 2016. 8. 16. 0042). 2) Constam: 40 ordenações para expedir, a mais antiga desde 05/10/2023 (0000447- 35. 2023. 8. 16. 0042); 12 para assinar; 20 decursos de prazo, o mais antigo desde 21/02/2024 (0000237- 18. 2022. 8. 16. 0042); 3) Levantar todos os feitos paralisados e dar imediato cumprimento e andamento. Regularizar.
2.5 Os Mandados? Não Determinação / Recomendação: 1) Constam 65 mandados expedidos e não lidos (aguardando retorno), o mais antigo desde 02/09 /2024 (0000538- 62. 2022. 8. 16. 0042). Regularizar.
2.6 As Cartas Precatórias? Não Determinação / Recomendação: 1) Constam 2 cartas expedidas com prazos vencidos; 2) Constam 3 cartas recebidas com prazos vencidos; 3) Constam 3 cartas precatórias com prazos vencidos. 4) Levantar todas as cartas com prazos vencidos e cobrar informações do cumprimento, bem como dar cumprimento aos atos pendentes, se for o caso. Essa revisão deve ser frequente. Regularizar.
3 AUDIÊNCIA
3.1 Total Realizadas: 783

3.2 Canceladas:	
65	
3.3 Negativas:	
0	
3.4 Redesignadas:	
156	
3.5 Pessoas Ouvidas:	
1987	
3.6 Pauta de Audiência da Vara:	
2025-05-05 00:00:00.0	
3.7 Pauta de Audiência de Preso:	
2025-02-25 00:00:00.0	
4 CONCLUSÃO	
4.1 Quantidade de Autos Conclusos:	
60	
4.2 Data da Conclusão Mais Antiga:	
2025-01-21 00:00:00.0	
5 SUSPENSÃO	
5.1 Os Autos Suspensos estão regulares?	
Não	
Determinação / Recomendação:	
1) Constam diversos processos suspensos pelo art. 366 do CPP para além do tempo da prescrição calculada sobre o crime em tese imputado ao acusado (0000016- 70. 2001. 8. 16. 0042, 0000013- 86. 1999. 8. 16. 0042, 0000906- 91. 2010. 8. 16. 0042, entre outros).	
A secretaria deve evitar a suspensão dos autos a cada 6 meses ou 1 ano como ferramenta de controle de prazo para novas remessas ao Ministério Público, especialmente porque isso pode dificultar o controle do tempo pelo qual os autos devem efetivamente permanecer suspensos.	
A suspensão só deve ser efetuada mediante determinação judicial ou em situações autorizadas, devidamente descritas no ato ordinatório, com os prazos expressos cadastrados no sistema.	
Cadastrar obrigatoriamente o prazo determinado, por exemplo: art. 366 do CPP, o prazo da prescrição; na insanidade, a data do exame e, se não tiver, 90 dias para cobrança do IML; a medida protetiva, coloca como outra determinação judicial, o prazo que o juiz determinar e, se não houver,	

colocar 180 dias como determina o art. 727 § 1º do CNFJ.

2) Identificar todos os casos e regularizar.

6 DEPÓSITO JUDICIAL

6.1 Os Depósitos Judiciais estão regulares?:

Sim

6.2 Os depósitos dos Autos Arquivados estão regulares?

Sim com Observação

Determinação / Recomendação:

1) A secretaria deverá consultar os Relatórios Dinâmicos: Processos Arquivados com saldo (depósito eletrônico) e Processos Arquivados / Depósitos sem Levantamentos para verificar se há algum processo nesses filtros. Se houver, deverão ser desarquivados para regularização.

6.3 Quantidade de depósitos judiciais à Disposição do Juízo:

9

6.4 Quantidade de Levantamentos feitos no período correccionado:

82

7 PRISÃO

7.1 Total de prisões ativas por Réus:

27

7.2 Total de prisões ativas por Autos:

29

7.3 Os Cadastros das prisões estão regulares?

Não

Determinação / Recomendação:

1) Constam 5 registros de prisão em flagrante, a mais antiga datada de 13/10/2024, tendo sido cumprida a preventiva em 17/10/2024, mas o tipo não foi atualizado no sistema (Autos 0001135- 60. 2024. 8. 16. 0042).

2) Constam 5 processos aguardando reavaliação da prisão provisória (art. 316, parágrafo único, do CPP)

3) Levantar todas as prisões ativas no Projudi, dar baixa nas prisões dos autos arquivados, corrigir e manter atualizados os registros, convertendo os flagrantes em preventivas, em condenatórias (sem trânsito em jugado) e em condenatórias definitivas (com trânsito em julgado), se for o caso. Revisar as prisões preventiva a cada 90 dias, como determina o art. 316 do CPP. * As prisões do Projudi têm que retratar fielmente a quantidade de constritos à disposição do juízo. Regularizar.



7.4 Os Mandados de Prisão e Alvarás de Soltura estão regulares?:

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Constan 1 mandado de prisão e 53 alvarás de soltura não regularizados (Menu Cumprimentos > Mandados . . . > A Regularizar e Menu Cumprimentos > Alvarás de Soltura > A Regularizar).
- 2) Levantar todos os casos e regularizálos imediatamente.

7.5 Está regular a Publicação no BNMP?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) A peça 0000389- 95. 2024. 8. 16. 0042. 07. 0003- 14 aguarda validação da secretaria desde 13/10 /2024.
- 2) Regularizar imediatamente.

7.6 Está regular o cadasro das Monitorações Eletrônicas?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Constan 11 autos com monitorações eletrônicas vencidas, a mais antiga desde 19/10/2022 (0000645- 09. 2022. 8. 16. 0042). Regularizar imediatamente.

8 CUMPRIMENTO DE MEDIDAS

8.1 Total de Cumprimentos em Atraso:

11

8.2 Total de medidas Sem Cumprimentos Gerados:

313

8.3 O cadastro das Medidas está regular?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Diante da informação do item 8. 2 acima.
- 2) Regularizar o cadastro das condições impostas na capa dos autos, com o registro das datas das apresentações em juízo, das prestações pecuniárias e das horas de prestações de serviços à comunidade, das frequências aos cursos, entre outras.
- 3) No caso de medidas cautelares, manter 3 datas abertas, a fim de possibilitar o controle de possíveis atrasos pelo Sistema Projudi, e de evitar a exclusão de datas futuras na sentença do processo. Regularizar.

8.4 Controla as Medidas no sistema?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Diante da informação do item 8. 1 acima.
- 2) Renovase a determinação de que a fiscalização do cumprimento das medidas aplicadas deve ser feita exclusivamente no Sistema Projudi. Vincular, obrigatoriamente, os comprovantes individualizados dos cumprimentos. Cobrar com frequência as informações do Conselho da Comunidade, com a inserção dos documentos no sistema. Regularizar.

9 APREENSÃO

9.1 Total de Apreensões Não Encerradas:

840

9.2 Armas Não Remetidas:

21

9.3 Entorpecentes Não Destruídos:

25

9.4 Valores Não Destinados:

4

9.5 Veículos Não Destinados:

37

9.6 Quantidade de Armas no Fórum (somente criminal, sem as do Júri):

2

9.7 Apreensão de Valor Sem Depósito Judicial:

0

9.8 Quantidade de Apreensões Sem Documentos Vinculados:

1

9.9 Quantidade de Apreensões Sem o Cadastro no Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB):

O SNGB não dispõe, por ora, de ferramenta para identificar os registros vinculados a cada competência em comarcas de Juízo Único. De toda sorte, deve a secretaria empreender esforços para que os cadastramentos sejam sempre realizados, em cumprimento às determinações do CNFJ e da Resolução nº 483/2022 do CNJ.

9.10. Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) Total de Registros:

436 (vinculados a todas as competências).

9.11 Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) Situação A Definir:

- 1) Foram identificados 436 bens com o status "Em Elaboração".



2) Após o cadastramento dos bens no SNGB a secretaria deve, necessariamente, providenciar a ativação dos registros, inclusive do legado, se houver, observando tal necessidade em cadastros futuros, especialmente para viabilizar ulterior interoperabilidade entre o Projudi e o SNGB.
9.12 As Armas e Demais Objetos Estão Guardados em Local Seguro, Devidamente Identificados?
Sim
10 CUSTAS//MULTA//PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA
10.1 As Multas do Fupen estão regulares?
Não
Determinação / Recomendação: 1) Constan: 2 Multas Fupen vencidas e pendentes de ordenação; 6 Multas Fupen vencidas e pendentes de reenvio ao Fupen. Regularizar imediatamente.
10.2 As Prestações Pecuniárias estão regulares?
Não
Determinação / Recomendação: 1) Constan 2 prestações pecuniárias (guias de recolhimento de custas) em atraso. Regularizar imediatamente.
10.3 As Custas são Cobradas nos Autos Principais?
Sim
11 CADASTRO DOS AUTOS
11.1 Do Procedimento Investigatório está regular?
Não
Determinação / Recomendação: 1) Analisado apenas o cadastramento: Citase, como exemplo, procedimento investigatório 0000057-94. 2025. 8. 16. 0042. Tratase de estupro de vulnerável o inquérito está irregularmente sem o cadastro da prioridade de julgamento, o que deverá ser saneado. A a vítima, com 6 anos, não está como protegida, o que deverá ser regularizado. Levantar todos os feitos e cadastrar as crianças e adolescentes vítimas e testemunhas como "Potegidas" (Menu Relatórios/Estatísticas > Crimes contra Crianças e Adolescentes), conforme determina a Lei nº 13. 431/2017 o cadastro deve ser completo e não somente com as iniciais, pois o sistema fará a proteção dos dados. 2) Outro exemplo, procedimento investigatório 0001305- 32. 2024. 8. 16. 0042. Tratase de violência doméstica e familiar contra mulher. Não está com prioridade de julgamento, o que deverá ser corrigido (outro exemplo: 0000083- 92. 2025. 8. 16. 0042). O inquérito está com nível de sigilo público e o nome da vítima não está protegido, em desacordo com determinação do art. 17- A da Lei n. 11. 340/2006 (outros exemplos: 0000125- 44. 2025. 8. 16. 0042 e 0000095- 09. 2025. 8. 16. 0042).

- 3) Há processos em que o FNAR (Formulário Nacional de Avaliação de Risco) não está preenchido: 0000776- 13. 2024. 8. 16. 0042, 0000095- 09. 2025. 8. 16. 0042). Atentar, também, para o correto preenchimento da Declaração de Medida Protetiva de Urgência da SESP/PR, quando necessária.
- 4) Nos crimes previstos no Estatuto do Idoso (ex: 0001437- 89. 2024. 8. 16. 0042) a secretaria deve anotar as prioridades "Maior que 60 anos (conforme Lei 10. 741/2003)" e/ou "Maior que 80 anos (conforme art. 3º, §2 da Lei 10. 741/2003)" no cadastro da parte.
- 5) Levantar todos os casos semelhantes e providenciar a imediata regularização dos inquéritos policiais e demais feitos relacionados. Regularizar.

11.2 Do Processo Criminal está regular?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Analisado apenas o cadastramento: autos 0000009- 20. 1997. 8. 16. 0042, que é a distribuição de ação penal mais antiga, datada de 17/03/1997. Com prioridade de julgamento de idoso registrada, porém o réu e a vítima não são idosos. O fato de haver testemunhas idosos não confere a prioridade aos autos. Trata-se de processo que se enquadra dentro as Metas do CNJ, que não está anotada. A suspensão pelo art. 366 do CPP ainda está ativa, apesar de já ter sido proferida sentença de impronúncia nos autos. O recebimento da denúncia não está registrado.
- 2) Levantar todos os casos semelhantes, complementando, corrigindo e zelando pelo cadastro correto dos autos. Regularizar.

11.3 O cadastro das Partes está regular?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Total de processos ativos com os registros irregulares dos polos passivos: 1 sem o RG/NCI; e 3 sem o CPF.
- 2) Toda a identificação de indiciados, réus e condenados será feita pelo número de identidade do Registro Geral (RG) ou do Número do Cadastro Individualizado (NCI), exclusivamente do Instituto de Identificação do Estado do Paraná, conforme determinação do CNFJ. O cadastro do CPF é obrigatório por força do CNFJ e do Provimento nº 61/2017 CNJ, sendo essencial para as cobranças de custas e multas, e deverá ser exigido na apresentação do réu em Juízo. Regularizar.

11.4 Todos os Autos Arquivados estão com as Baixas?

Sim

11.5 Os autos são Arquivados de forma Célere?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Citase, como exemplo, autos 0000002- 61. 2016. 8. 16. 0042, que o trânsito em julgado está datado de 24/03/2017 e o arquivamento se deu apenas em 11/09/2018. Ocorre que, na sequência, os autos foram reativados em 4 oportunidades para regularização de pendências que deveriam ter sido objeto de análise quando do primeiro arquivamento.
- 2) Outro caso: autos 0000980- 04. 2017. 8. 16. 0042. O mandado de prisão expedido por força do regime inicial fechado foi cumprido em 09/12/2022 e os autos só foram arquivados em 19/11/2024.

3) Zelar pelo cumprimento célere das diligências finais, para que os autos não permaneçam na estatística da unidade judicial como feitos em andamento. Providenciar.
12CONCLUSÕES FINAIS
12.1-Observações
12.2-Determinações Gerais
1) O Sicc não deverá mais ser utilizado, para movimentação ou para carga dos autos físicos. No caso da retirada dos autos físicos, a secretaria deverá lavrar o termo no word, com o número do processo e das folhas, o prazo, a data da carga, a assinatura e a documentação de quem retirar, além da identificação do servidor/estagiário que formalizou a carga. Na devolução, o termo deverá ser juntado nos autos físicos, com o retorno ao arquivo.
2) A secretaria deverá consultar o painel de BI disponibilizado pela SEPLAN (https://core.bi.tjpr.jus.br/extensions/a ppPremioCNJQualidade/appPremioCNJQualidad e. html?_gl=1*1itdb0e*_ga*Nzg1MjlyNDk4LjE3 Mjg1ODI4Nzc. *_ga_3436Q8QMWW*MTczNDEyNjM4M y4xNzM uMS4xNzM0MTI2Mzk0LjAuMC4w) e dele extrair a relação de processos com "Erros de CPF" e "Erros de Classes e Assuntos" para correção, notadamente porque tais retificações serão aferidas pelo CNJ para concessão do Prêmio Nacional de Qualidade 2025.
3) A secretaria deve zelar para que os formulários dos Menus "Declaração de Medida Protetiva de Urgência da SESP/PR" e " Formulário Nacional de Avaliação de Risco" sejam sempre preenchidos, em atenção à Resolução Conjunta nº 5 de 03/03/2020 do CNJ e CNMP.
4) A secretaria deve continuar envidando esforços para que os processos sejam arquivados com celeridade, evitando que isso se prolongue para além do tempo razoável, eis que essa presteza impacta nos índices de desobstrução da unidade.

TRIBUNAL DO JÚRI

QUESTÃO / RESPOSTA
1.1.1 QUANTIDADE
1.1.1.1 Autos Ativos:
9
1.1.1.2 Autos Arquivados:
69

1.1.1.3 Autos em Instância Superior:
2
1.1.1.4 Autos Suspensos:
0
1.1.2 MÉDIA DE DISTRIB//ARQ. NO PERÍODO CORRECIONADO
1.1.2.1 Distribuição de Processos:
0, 72
1.1.2.2 Arquivamento de Processos:
0, 61
1.2 REMESSA
1.2.1 Os prazos do Ministério Público estão regulares?
Sim
1.2.2 Os prazos das Demais Remessas estão regulares?
Sim
2 ANDAMENTO
2.1 O andamento dos feitos está regular, não havendo Autos Paralisados?
Sim
2.2 As Citações e Intimações?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constan: 3 aguardando análise de decurso de prazo desde 25/06/2025, por exemplo, autos 0001326- 52. 2017. 8. 16. 0042.
2) Levantar todos os feitos paralisados indevidamente e dar imediato cumprimento e andamento. Regularizar.
2.3 As Análises de Juntadas?
Sim
2.4 Os Demais Cumprimentos?
Sim
2.5 Os Mandados?
Sim

2.6 As Cartas Precatórias?	
Sim	
3 AUDIÊNCIA	
3.1 Total Realizadas:	
31	
3.2 Canceladas:	
6	
3.3 Negativas:	
0	
3.4 Redesignadas:	
4	
3.5 Pessoas Ouvidas:	
98	
3.6 Pauta da Sessão:	
18/02/2025	
3.7 Pauta da Sessão de Preso:	
18/02/2025	
4 CONCLUSÃO	
4.1 Quantidade de Autos Concluídos:	
0	
4.2 Data da Conclusão Mais Antiga:	
Prejudicado	
5 SUSPENSÃO	
5.1 Os Autos Suspensos estão regulares?	
Sim	
6 PRISÃO	
6.1 Total de prisões ativas por Réus:	
2	

6.2 Total de prisões ativas por Autos:
2
6.3 Os Cadastros das prisões estão regulares?
Sim
6.4 Está regular a Publicação no BNMP?
Não
Determinação / Recomendação:
1) A peça 0000389- 95. 2024. 8. 16. 0042. 07. 0003- 14 aguarda validação da secretaria desde 13 /10/2024.
2) Regularizar imediatamente.
7 APREENSÃO
7.1 Total de Apreensões Não Encerradas:
6
7.2 Armas Não Remetidas:
2
7.3 Entorpecentes Não Destruídos:
0
7.4 Valores Não Destinados:
0
7.5 Veículos Não Destinados:
0
7.6 Quantidade de Armas no Fórum (somente as do Júri):
1
7.7 Apreensão de Valor Sem Depósito Judicial:
0
7.8 Quantidade de Apreensões Sem Documentos Vinculados:
0
7.9 Quantidade de Apreensões Sem o Cadastro no Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB):
Ratificam- se os apontamentos constantes na correição da competência Vara Criminal.
8 CADASTRO DOS AUTOS

8.1 O Cadastro da Pronúncia Está Regular na Capa dos Autos?
Sim
8.2 O cadastro das Partes está regular?
Sim
8.3 Todos os autos arquivados estão com as baixas?
Sim
8.4 Autuação de Guia de Recolhimento Está Regular?
Sim
9 JÚRI
9.1 As Listas dos Termos de Alistamento de Jurados estão regulares?
Sim
9.2 Faz o Sorteio das Reuniões no Sistema Projudi?
Sim
9.3 Junta as Atas e Demais Documentos das Sessões?
Sim com Observação
Determinação / Recomendação:
1) Não foram constatadas omissões nas reuniões mais recentes. Na reunião do dia 25/02/2021, contudo, não foi anexada a ata.
2) A secretaria deve atentar para que os lançamentos sejam feitos corretamente.
10 CONCLUSÕES FINAIS
Observações
Determinações Gerais

EXECUÇÃO REGIMES FECHADO E SEMIABERTO

QUESTÃO / RESPOSTA
TIPO DE UNIDADE JUDICIAL
Apontado na competência criminal.
1.1.1 QUANTIDADE

1.1.1.1 Autos Ativos:
53
1.1.1.2 Autos Arquivados:
39
1.1.1.3 Autos em Instância Superior:
0
1.1.1.4 Autos Suspensos:
0
1.1.2 MÉDIA DE DISTRIB//ARQ. NO PERÍODO CORRECIONADO
1.1.2.1 Distribuição de Execução:
0, 88
1.1.2.2 Arquivamento de Execução:
0, 30
1.2 REMESSA
1.2.1 Os prazos do Ministério Público estão regulares?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constam 10 processos remetidos há mais de 5 dias (ex: 0002182- 88. 2017. 8. 16. 0115). Comunicar os excessos de prazo ao juízo, para análise e adoção das medidas pertinentes.
1.2.2 Os prazos das Demais Remessas estão regulares?
Sim
2 ANDAMENTO
2.1 O andamento dos feitos está regular, não havendo Autos Paralisados?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constam 2 autos paralisados há mais de 30 dias, o mais antigo com 98 dias, autos 0001318-41. 2018. 8. 16. 0042, com incidente vencido.
2) Consta 1 processo aguardando cumprimento de decisão judicial por mais de 5 (cinco) dias, o mais antigo desde 22/01/2025, autos 8000061- 55. 2024. 8. 24. 0026.

3) Verificar todos os autos que estão aguardando cumprimento de diligências (paralisados indevidamente) e dar imediato andamento. Regularizar.
2.2 As Citações e Intimações?
Sim
2.3 As Análises de Juntadas?
Sim
2.4 Os Demais Cumprimentos?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constam: 24 peças BNMP3 ordenadas, a mais antiga desde 05/09/2024 (4000044- 61. 2024. 8. 16. 0042); - 8 ordenações aguardando análise de decurso de prazo.
2) Levantar todos os feitos paralisados e dar imediato cumprimento e andamento. Regularizar.
2.5 Os Mandados?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constam 7 mandados aguardando análise de decurso de prazo, o mais antigo desde 18/12 /2024, autos 4000055- 90. 2024. 8. 16. 0042. Regularizar.
2.6 As Cartas Precatórias?
Sim
3 AUDIÊNCIA
3.1 Total Realizadas:
154
3.2 Canceladas:
21
3.3 Negativas:
2
3.4 Redesignadas:
24
3.5 Pessoas Ouvidas:
148
3.6 Pauta de Audiência da Vara:
21/02/2025

4 CONCLUSÃO	
4.1 Quantidade de Autos Concluídos:	
8	
4.2 Data da Conclusão Mais Antiga:	
03/02/2025	
5 SUSPENSÃO	
5.1 Os Autos Suspensos estão regulares?	
Sim	
6 PRISÃO	
6.1 Total de Prisões Ativas:	
1	
6.2 Regime Fechado:	
6	
6.3 Regime Semiaberto:	
38	
6.4 Regime Semiaberto Harmonizado Com Monitoração Eletrônica:	
35	
6.5 Regime Semiaberto Harmonizado Sem Monitoração Eletrônica:	
3	
6.6 Prisão Domiciliar	
2	
6.7 Internação em Medida de Segurança:	
0	
6.8 Outras:	
0	
6.9 Foragido:	
0	
6.10 Cadastro da Prisão Está Regular?	
Sim	

6.11 Está regular a Publicação no BNMP? Não Determinação / Recomendação: 1) Constam 24 peças BNMP3 ordenadas aguardando expedição no BNMP, o mais antigo desde 05 /09/2024. 2) Regularizar imediatamente.
7 CUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO
7.1 Total de Cumprimentos em Atraso: 1
7.2 Total de medidas Sem Cumprimentos Gerados: 43
7.3 O cadastro das Medidas está regular? Não Determinação / Recomendação: 1) Diante da informação do item 7. 2 acima. 2) Tratase de execução de pena em regime fechado e semiaberto, devendo as de regime aberto ou medidas alternativas serem baixadas ou remetidas à respectiva competência. 3) Regularizar o cadastro das condições impostas na capa dos autos. Regularizar.
7.4 Controla as medidas no sistema? Não Determinação / Recomendação: 1) Diante das informações dos itens 7. 1 e 7. 2 acima. 2) Cobrar regularmente as informações do Conselho da Comunidade, do Patronato e das Instituições de Prestações de Serviços, com a inserção dos comprovantes de cumprimento das medidas impostas. Comprovados os atrasos das apresentações e demais cumprimentos por mais de 60 dias, remeterseá a execução à conclusão para adoção das medidas previstas no CNFJ. * Vincular, obrigatoriamente, os comprovantes individualizados dos cumprimentos. Regularizar.
7.5 A Prestação Pecuniária está regular? Não Determinação / Recomendação: 1) Consta 1 prestação pecuniária em atraso. 2) Regularizar imediatamente. Manter controle rigoroso. Providenciar.
8 CADASTRO

8.1 O Cadastro das Partes está regular?
Sim
8.2 O cadastro está Completo, Com o Regime Atual e Sem o Regime de Outras Competências?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Há execuções sem regime atual (40000105220258160042, 40000113720258160042, 40000223720238160042, entre outras).
2) Há 1 execuções no regime aberto tramitando na competência semiaberto e fechado.
3) Constam 5 execuções sem cálculo de pena.
4) Levantar todos as inconsistências, corrigir e manter atualizados os registros no Seeu. Regularizar. Regularizar.
8.3 Os Eventos são Atualizados Constantemente?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Total de 2 execuções com algum tipo de erro.
2) Atualizar e manter as informações obrigatórias, com o registro na data do evento.
3) Regularizar.
8.4 Todos os Autos Arquivados estão com as Baixas?
Sim
9 INCONSISTÊNCIA E PENDÊNCIA
9.1 Inconsistências
0
9.2 Pendências:
Foram identificadas as seguintes pendências:
A VENCER:
Progressão para Aberto: 4
VENCIDOS:

Progressão para aberto: 2

INSTAURADOS E PENDENTES DE DECISÃO:

Instaurados até 30 dias: 1

Instaurados entre 30 e 60 dias: 1

Instaurados entre 60 e 90 dias: 4

Instaurados há mais de 90 dias: 6

10CONCLUSÕES FINAIS

Observações

1) As pendências interferem na avaliação do TJPR pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ.
Manter zeradas as pendências a vencer e vencidas, principalmente as relativas às progressões dos regimes semiabertos e abertos.

Determinações Gerais

1) Cumprir a Instrução Normativa nº 1, de 17 de janeiro de 2017, naquilo que não conflitar com o Código de Normas do Foro Judicial, que institui as rotinas de trabalho nas unidades judiciárias com competência criminal e de execução penal, a se destacar: Ao menos 5 (cinco) dias antes da data agendada para progressão de regime, livramento condicional e término de pena, a Secretaria deverá juntar relatório Oráculo e SPR, realizando conferência prévia dos dados lançados.

EXECUÇÃO REGIME ABERTO, PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

QUESTÃO / RESPOSTA
1.1.1 QUANTIDADE
1.1.1.1 Autos Ativos:
124
1.1.1.2 Autos Arquivados:
215
1.1.1.3 Autos em Instância Superior:
2
1.1.1.4 Autos Suspensos:

3
1.1.2 MÉDIA DE DISTRIB//ARQ. NO PERÍODO CORRECIONADO
1.1.2.1 Distribuição de Execução:
4, 05
1.1.2.2 Arquivamento de Execução:
3, 91
1.2 REMESSA
1.2.1 Os prazos do Ministério Público estão regulares?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constan 12 processos remetidos há mais de 5 dias (ex: 0001451- 77. 2020. 8. 16. 0086). Comunicar os excessos de prazo ao juízo, para análise e adoção das medidas pertinentes.
1.2.2 Os prazos das Demais Remessas estão regulares?
Sim
2 ANDAMENTO
2.1 O andamento dos feitos está regular, não havendo Autos Paralisados?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constan 8 autos paralisados há mais de 30 dias, o mais antigo com 402 dias autos 4000042- 96. 2021. 8. 16. 0042. Constan também: 4000002- 12. 2024. 8. 16. 0042, 4000024- 07. 2023. 8. 16. 0042, 4000022- 37. 2023. 8. 16. 0042, 4000050- 68. 2024. 8. 16. 0042; 4000025- 89. 2023. 8. 16. 0042; 4000023- 85. 2024. 8. 16. 0042; 4000057- 94. 2023. 8. 16. 0042. 2) Consta 1 processo aguardando cumprimento de decisão judicial por mais de 5 (cinco) dias, o mais antigo desde 22/01/2025, autos 8000061- 55. 2024. 8. 24. 0026. 3) Verificar todos os autos que estão aguardando cumprimento de diligências (paralisados indevidamente) e dar imediato andamento. Regularizar.
2.2 As Citações e Intimações?
Sim com Observação
Determinação / Recomendação:
1) Constan 35 intimações aguardando decurso de prazo, todas, porém, dentro de prazos razoáveis.

2) A secretaria deve zelar para que as análises de decursos de prazo ocorram com a celeridade necessária.
2.3 As Análises de Juntadas?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constam 93 juntadas aguardando análise pela secretaria, sendo 2 com urgência; a mais antiga desde 21/01/2025, autos 4000029- 29. 2023. 8. 16. 0042 .
2) Constam 17 aguardando análise de retorno de conclusão, sendo 1 com urgência; o mais antigo desde 21/01/2025, autos 4000016- 98. 2021. 8. 16. 0042.
3) Levantar todos os feitos aguardando e dar imediato cumprimento e andamento. Regularizar.
2.4 Os Demais Cumprimentos?
Sim
2.5 Os Mandados?
Sim
2.6 As Cartas Precatórias?
Sim
3 AUDIÊNCIA
3.1 Total Realizadas:
108
3.2 Canceladas:
26
3.3 Negativas:
9
3.4 Redesignadas:
17
3.5 Pessoas Ouvidas:
109
3.6 Pauta de Audiência da Vara:
2025-02-24 00:00:00.0
4 CONCLUSÃO

4.1 Quantidade de Autos Concluídos:
2
4.2 Data da Conclusão Mais Antiga:
2025-02-07 00:00:00.0
5 SUSPENSÃO
5.1 Os Autos Suspensos estão regulares?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constam 3 autos suspensos, o mais antigo com 94 dias (Autos 4000042- 91. 2024. 8. 16. 0042). O processo mencionado trata de carta precatória visando a fiscalização de condições de ANPP. Ocorre que as condições não estão registradas na aba "Medidas Diversas da Prisão", inviabilizando o controle diretamente pelo SEEU.
Todas as condições devem ser registradas para fins estatísticos e como ferramenta para viabilizar o controle por filtros existentes no SEEU.
2) A suspensão só deve ser efetuada mediante determinação judicial ou em situações autorizadas, devidamente descritas no ato ordinatório, com os prazos expressos cadastrados no sistema. Cadastrar obrigatoriamente o prazo determinado. Regularizar.
6 PRISÃO
6.1 Total de Prisões Ativas:
0
6.2 Foragido:
1
6.3 Está regular a Publicação no BNMP?
Sim
7 CUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO
7.1 Total de Cumprimentos em Atraso:
7
7.2 Total de medidas Sem Cumprimentos Gerados:
37
7.3 O cadastro das Medidas está regular?
Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Vide item 5. 1.
- 2) Diante da informação do item 7. 2 acima.
- 3) Consta 81 condenados cumprindo regime aberto e somente 73 condições ativas cadastradas no Seeu, o que deverá ser analisado pela secretaria.
- 4) Tratase de execução de pena em regime aberto, devendo as de regime semiaberto serem baixadas ou remetidas à respectiva competência.
- 5) Constan diversos processos de execução penal arquivado com medidas diversas da prisão ativas no SEEU (ex: 00042957920158160084, 00255417520108160030, 00024058220168160048, entre outros).
- 6) Regularizar o cadastro das condições impostas na capa dos autos. Regularizar.

7.4 Controla as Medidas no Seeu?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Diante das informações dos itens 7. 1 e 7. 2 acima.
- 2) Cobrar regularmente as informações do Conselho da Comunidade, do Patronato e das Instituições de Prestações de Serviços, com a inserção dos comprovantes de cumprimento das medidas impostas. Comprovados os atrasos das apresentações e demais cumprimentos por mais de 60 dias, remeterseá a execução à conclusão para adoção das medidas previstas no CNFJ. * Vincular, obrigatoriamente, os comprovantes individualizados dos cumprimentos. Regularizar.

7.5 A Prestação Pecuniária está regular?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Constan 9 prestações pecuniárias em atraso.
- 2) Regularizar imediatamente. Manter controle rigoroso. Providenciar.

8 CADASTRO

8.1 O Cadastro das Partes está regular?

Sim

8.2 O cadastro está Completo, Com o Regime Atual e Sem o Regime de Outras Competências?

Não

Determinação / Recomendação:

- *1) Citamse, como exemplos: Execução 40000012720248160042, 40000019020258160042, 40000036020258160042, entre outras, sem regime atual; Execução 0000952- 36. 2017. 8. 16. 0042 com regime fechado.

2) Levantar todos as inconsistências, corrigir e manter atualizados os registros no Seeu.
Regularizar. Regularizar.

8.3 Os Eventos são Atualizados Constantemente?

Não

Determinação / Recomendação:

1) Total de 5 execuções com algum tipo de erro (4000002- 75. 2025. 8. 16. 0042, 4000003- 60. 2025. 8. 16. 0042, 4000005- 30. 2025. 8. 16. 0042, 4000009- 67. 2025. 8. 16. 0042 e 4000014- 89. 2025. 8. 16. 0042).

2) Atualizar e manter as informações obrigatórias, com o registro na data do evento. Regularizar.

8.4 Todos os Autos Arquivados estão com as Baixas?

Sim

9 FISCALIZAÇÃO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

9.1 Ativos:

Prejudicado

9.2 Cumprimentos Atrasados:

Prejudicado

9.3 Não Cumpridas:

Prejudicado

9.4 Arquivados Com Baixas:

Prejudicado

9.5 Arquivados Sem Baixas:

Prejudicado

9.6 A situação está regular?

Prejudicado

9.7 Havendo transferência do local de fiscalização, comunicase o fato ao juízo da ação penal, remetendo os autos no prazo exíguo?

Prejudicado

9.8 Ao término do prazo, após análise e despacho judicial, a carta precatória ou de fiscalização é devolvida, a fim de que o juízo da ação penal analise o cumprimento das medidas, decretando a extinção da punibilidade pelo cumprimento?

Prejudicado

10 INCONSISTÊNCIA E PENDÊNCIA



10.1 Inconsistências

Foram localizadas as seguintes inconsistências:

- Pendentes de Encerramento: 6
- Sem Cálculo de Pena: 43

10.2 Pendências:

Foram localizadas as seguintes pendências:

- Vencidos:

Término de Pena: 6

- Instaurados e Pendentes de Decisão:

Instaurados até 30 dias: 2

Instaurados entre 30 e 60 dias: 1

Instaurados entre 60 e 90 dias: 4

Instaurados há mais de 90 dias: 3

11CONCLUSÕES FINAIS

Observações

1) As pendências interferem na avaliação do TJPR pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ. Manter zeradas as pendências a vencer e vencidas, principalmente as relativas às progressões dos regimes semiabertos e abertos.

Determinações Gerais

- Cumprir a Instrução Normativa nº 1, de 17 de janeiro de 2017, naquilo que não conflitar com o Código de Normas do Foro Judicial, que institui as rotinas de trabalho nas unidades judiciárias com competência criminal e de execução penal, a se destacar: Ao menos 5 (cinco) dias antes da data agendada para progressão de regime, livramento condicional e término de pena, a Secretaria deverá juntar relatório Oráculo e SPR, realizando conferência prévia dos dados lançados.
- A unidade deve atentar para a correta indicação da quantidade de pessoas ouvidas nas audiências, eis que isso impacta nos índices de produtividade da secretaria e da(o) Magistrada(o), inclusive para fins de remoção e promoção. Foram realizadas, no período correccionado, 111

audiências mas, no mesmo período, a secretaria indicou a oitiva de apenas 67 pessoas, o que sugere alguma inconsistência, provavelmente na alimentação das informações. * Regularizar e atentar para casos futuros.

3) A secretaria também deve observar o art. 1073, § 3º, do CNFJ.

CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

QUESTÃO / RESPOSTA
1.1.1 QUANTIDADE
1.1.1.1 Autos Ativos:
6
1.1.1.2 Autos Arquivados:
169
1.1.1.3 Autos em Instância Superior:
0
1.1.1.4 Autos Suspensos:
0
1.1.2 MÉDIA DE DISTRIB//ARQ. NO PERÍODO CORRECIONADO
1.1.2.1 Distribuição de Feitos:
1, 13
1.1.2.2 Arquivamento de Feitos:
1, 11
1.2 REMESSA
1.2.1 Os prazos do Ministério Público estão regulares?
Sim
1.2.2 Os prazos das Demais Remessas estão regulares?
Sim
2 ANDAMENTO
2.1 O andamento dos feitos está regular, não havendo Autos Paralisados?

Sim
2.2 As Citações e Intimações?
Sim
2.3 As Análises de Juntadas?
Sim
2.4 Os Demais Cumprimentos?
Sim
2.5 Os Mandados?
Sim
2.6 As Cartas Precatórias?
Sim
3 CONCLUSÃO
3.1 Quantidade de Autos Concluídos:
0
3.2 Data da Conclusão Mais Antiga:
Prejudicado.
4 SUSPENSÃO
4.1 Os Autos Suspensos estão regulares?
Sim
5 CONSELHO DA COMUNIDADE
5.1 O Conselho da Comunidade está regularizado?
Sim
5.2 As Contas Bancárias estão de acordo com a INC 1//2014?
Não
Determinação / Recomendação:
1) Constam apenas 2 contas registradas no Sistema Projudi, corroboradas pelas informações da certidão encaminhada pela secretaria.
2) O art. 7º da Instrução Normativa nº 1, de 2 de dezembro de 2014, determina a manutenção de 3 contas bancárias, uma para despesas administrativas, outra para projetos e a terceira para despesas gerais. Providenciar imediatamente.

5.3 As Prestação de Contas são trimestrais e estão em dia?
Sim
5.4 O Cadastro dos Funcionários Custeados pelo Conselho está regular?
Não
Determinação / Recomendação: * Cadastrar e manter atualizados os registros dos funcionários e diretores no Sistema Projudi. Regularizar.
5.5 Auxiliam nas Apresentações em Juízo?
Sim
5.6 Procedem à Juntada dos Comprovantes no Sistema Projudi?
Sim
6 UNIDADE PRISIONAL
6.1. As Visitas às Unidades Prisionais estão regulares?
Sim
7 AUTOS
7.1 Todos os Autos Arquivados estão com as Baixas?
Sim
8CONCLUSÕES FINAIS
Observações
Determinações Gerais 1) A destinação de verbas recolhidas à conta única do Tribunal de Justiça do Paraná e vinculadas à Comarca devem observar as normativas que regulam o tema, notadamente a Instrução Normativa n. 02/2014 do TJPR e a Resolução n. 558/2024 do CNJ, vedado o repasse diretamente às entidades beneficiadas. 2) A secretaria deverá consultar o painel de BI disponibilizado pela SEPLAN (https://core.bi.tjpr.jus.br/extensions/a_ppPremioCNJQualidade/appPremioCNJQualidad.e.html?_gl=1*1itdb0e*_ga*Nzg1MjlyNDk4LjE3Mjg1ODI4Nzc.*_ga_3436Q8QMWW*MTczNDEyNjM4My4xNzMuMS4xNzM0MTI2Mzk0LjAuMCAw) e dele extrair a relação de processos com "Erros de CPF" e "Erros de Classes e Assuntos" para correção, notadamente porque tais retificações serão aferidas pelo CNJ para concessão do Prêmio Nacional de Qualidade 2025.

EXECUÇÃO ANPP E PENA DE MULTA

QUESTÃO / RESPOSTA
EXECUÇÃO PENAL DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL
1 ESTATÍSTICAS E REMESSAS:
1.1.1 QUANTIDADE
1.1.1.1 Autos Ativos:
8
1.1.1.2 Autos Arquivados:
33
1.1.1.3 Autos em Instância Superior:
0
1.1.1.4 Autos Suspensos:
0
1.1.2 MÉDIA DE DISTRIB//ARQ. NO PERÍODO CORRECIONADO
1.1.2.1 Distribuição de Feitos:
0, 83
1.1.2.2 Arquivamento de Feitos:
0, 91
1.2 REMESSA
1.2.1 Os prazos do Ministério Público estão regulares?
Sim
1.2.2 Os prazos das Demais Remessas estão regulares?
Sim
2 ANDAMENTO
2.1 O andamento dos feitos está regular, não havendo Autos Paralisados?
Sim

2.2 As Citações e Intimações? Não
Determinação / Recomendação: 1) Constan: 3 aguardando análise de decurso de prazo desde 10/04/2024, por exemplo, autos 0000959- 18. 2023. 8. 16. 0042. 2) Levantar todos os feitos paralisados indevidamente e dar imediato cumprimento e andamento. Regularizar.
2.3 As Análises de Juntadas? Sim
2.4 Os Demais Cumprimentos? Sim
2.5 Os Mandados? Sim
2.6 As Cartas Precatórias? Sim
3 CONCLUSÃO
3.1 Quantidade de Autos Concluídos: 0
3.2 Data da Conclusão Mais Antiga: Prejudicado.
4 SUSPENSÃO
4.1 Os Autos Suspensos estão regulares? Sim
5 CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES
5.1 Prestação Pecuniária em Atraso: 3
5.2 O cadastro das Medidas está regular? Não
Determinação / Recomendação:

- 1) Regularizar o cadastro das condições impostas na capa dos autos, com o registro das datas das apresentações em juízo, das prestações pecuniárias e das horas de prestações de serviços à comunidade, das frequências aos cursos, entre outras.
- 2) No caso de medidas cautelares, manter 3 datas abertas, a fim de possibilitar o controle de possíveis atrasos pelo Sistema Projudi, e de evitar a exclusão de datas futuras na sentença do processo.
- 3) Vincular, obrigatoriamente, os comprovantes individualizados dos comparecimentos em juízo, os comprovantes das prestações pecuniárias, as comunicações das prestações de serviços, das frequências aos cursos e programas de reabilitação. Regularizar.

5.3 Controla as medidas no sistema?

Não

Determinação / Recomendação:

- 1) Há 24 medidas com cumprimentos em atraso e 2 medidas sem cumprimentos gerados.
- 2) Renovase a determinação de que a fiscalização do cumprimento das medidas aplicadas deve ser feita exclusivamente no Sistema Projudi, com o cadastramento das condições impostas na capa dos autos, com o registro das datas das apresentações em juízo, das prestações pecuniárias e das horas de prestações de serviços à comunidade, das frequências aos cursos, entre outras, com a juntada dos respectivos comprovantes no sistema. Regularizar.

6 CADASTRO

6.1 O cadastro das Partes está regular?

Sim

6.2 Todos os autos arquivados estão com as baixas?

Sim

EXECUÇÃO DE PENA DE MULTA

7.1.1 QUANTIDADE

7.1.1.1 Autos Ativos:

36

7.1.1.2 Autos Arquivados:

91

7.1.1.3 Autos em Instância Superior:

0

7.1.1.4 Autos Suspensos:

21



7.1.2 MÉDIA DE DISTRIB//ARQ. NO PERÍODO CORRECIONADO
7.1.2.1 Distribuição de Feitos: 2, 13
7.1.2.2 Arquivamento de Feitos: 1, 33
7.2 REMESSA
7.2.1 Os prazos do Ministério Público estão regulares? Sim
7.2.2 Os prazos das Demais Remessas estão regulares? Sim
8 ANDAMENTO
8.1 O andamento dos feitos está regular, não havendo Autos Paralisados? Não Determinação / Recomendação: 1) Constan 2 autos paralisados há mais de 30 dias no filtro "Em Remessa", o mais antigo com 181 dias autos 0000705- 50. 2020. 8. 16. 0042. 2) Verificar todos os autos que estão aguardando cumprimento de diligências (paralisados indevidamente), e dar imediato andamento. Regularizar.
8.2 As Citações e Intimações? Não Determinação / Recomendação: 1) Consta 1 processo aguardando análise de decurso de prazo desde 18/10/2024, autos 0000759- 45. 2022. 8. 16. 0042. 2) Levantar todos os feitos paralisados indevidamente e dar imediato cumprimento e andamento. Regularizar.
8.3 As Análises de Juntadas? Sim
8.4 Os Demais Cumprimentos? Sim
8.5 Os Mandados?

Não
Determinação / Recomendação: 1) Constan 4 mandados expedidos e não lidos (aguardando retorno), o mais antigo desde 26/11/2024, autos 0000168- 15. 2024. 8. 16. 0042. Regularizar.
8.6 As Cartas Precatórias? Sim
9 CONCLUSÃO
9.1 Quantidade de Autos Conclusos: 0
9.2 Data da Conclusão Mais Antiga: Prejudicado
10 SUSPENSÃO
10.1 Os Autos Suspensos estão regulares? Não
Determinação / Recomendação: 1) Constan 3 autos suspensos além do tempo indicado para fins de suspensão (0000433- 22. 2021. 8. 16. 0042, 0000126- 97. 2023. 8. 16. 0042 e 0000127- 82. 2023. 8. 16. 0042). 2) Consta 1 processo suspenso há 633 dias (0000703- 80. 2020. 8. 16. 0042). O prazo da suspensão está equivocado, constando como data final da suspensão o dia 13/12/26805). 3) Regularizar.
11 CUMPRIMENTO
11.1 Prestação Pecuniária em Atraso: 0
11.2 Os Depósitos Judiciais estão regulares?: Sim
11.3 Os depósitos dos Autos Arquivados estão regulares? Sim com Observação
Determinação / Recomendação: 1) A secretaria deve consultar periodicamente os relatórios dinâmicos: i) Depósitos Judiciais sem classificação/natureza; ii) Levantamentos(Físicos) sem data de levantamento; iii) Processos Arquivados com saldo (depósito eletrônico) e iv) Processos Arquivados / Depósitos

sem Levantamentos.
Constatadas irregularidades, a secretaria deve regularizá- las.
11.4 Quantidade de depósitos judiciais à Disposição do Juízo:
0
11.5 Quantidade de Levantamentos feitos no período correccionado:
34
12 CADASTRO
12.1 O cadastro das Partes está regular?
Sim
12.2 Todos os autos arquivados estão com as baixas?
Sim
13CONCLUSÕES FINAIS
Observações
Determinações Gerais
1) A secretaria deverá consultar o painel de BI disponibilizado pela SEPLAN (https://core.bi.tjpr.jus.br/extensions/a_ppPremioCNJQualidade/appPremioCNJQualidad e.html?_gl=1*1itdb0e*_ga*Nzg1MjlyNDk4LjE3Mjg1ODI4Nzc.*_ga_3436Q8QMWW*MTczNDEyNjM4My4xNzMuMS4xNzM0MTI2Mzk0LjAuMC4w) e dele extrair a relação de processos com "Erros de CPF" e "Erros de Classes e Assuntos" para correção, notadamente porque tais retificações serão aferidas pelo CNJ para concessão do Prêmio Nacional de Qualidade 2025.

APONTAMENTOS FINAIS

Observações:
1. Novamente foram constatados autos paralisados e sem os cumprimentos em todas as competências afetas à unidade judicial.
1. 1. Denotam- se várias determinações sem os cumprimentos, destacando- se: a correção do sigilo, da prioridade e do cadastro das crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de infrações como protegidas; a falta de cadastramento dos bens no sistema do CNJ; o cadastro das medidas decretadas em todas as competências e a falta de cumprimentos; o cadastro das atas das sessões dos júris; entre outras.
1. 2. Atentar para que as análises de juntadas e retornos de conclusão não sejam feitas em lotes, sem as devidas análises e cumprimentos, à exceção de quando não houver nada a ser feito nos autos.

1. 3. Cuidar, ainda, para que as ordenações não sejam esquecidas, consultando- as constantemente.
2. A secretaria deverá regularizar os registros das prisões no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da ata. Os relatórios têm que traduzir o tipo correto das prisões e a quantidade de constrictos à disposição do juízo.
2. 1. Manter atualizadas as publicações do Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP, assinando as peças e eventos de órgãos externos diariamente. Diligenciar a célere expedição das peças ordenadas no PROJUDI junto ao BNMP.
3. Cumprir o art. 5º da Lei nº 13. 431, de 4 de abril de 2017, destacando- se os seguintes incisos: I - receber prioridade absoluta e ter considerada a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; [. .] III - ter a intimidade e as condições pessoais protegidas quando vítima ou testemunha de violência; [. .] VIII - ser resguardado e protegido de sofrimento, com direito a apoio, planejamento de sua participação, prioridade na tramitação do processo, celeridade processual, idoneidade do atendimento e limitação das intervenções; [. .] XIV - ter as informações prestadas tratadas confidencialmente, sendo vedada a utilização ou o repasse a terceiro das declarações feitas pela criança e pelo adolescente vítima, salvo para os fins de assistência à saúde e de persecução penal;
3. 1. Diante disso, a secretaria deverá revisar TODOS OS FEITOS (procedimento investigatório, processo, produção antecipada, medida de proteção, carta precatória, inclusive dos feitos "a apurar") cadastrados no Sistema Projudi e que envolvam crianças e adolescentes, vítimas e testemunhas de infrações, que se enquadram na referida Lei, regularizando o cadastro como "PROTEGIDA" (inciso III), com PRIORIDADE DE JULGAMENTO (inciso VIII), com SIGILO MÉDIO ou SEGREDO DE JUSTIÇA (incisos XIV), com os demais documentos com o nível de sigilo determinado pelo juízo.
3. 2. Estando como "protegida", o nome deve estar completo e não apenas as iniciais. Todos os documentos elaborados no Sistema PROJUDI sairão apenas com as iniciais. Nos documentos elaborados no word ou outro editor de texto, cuidar com as publicações, os mandados, os editais, as sentenças e outros documentos, prevenindo- se da instauração de eventual procedimento por falta de cumprimento da Lei nº 13. 431, de 4 de abril de 2017 e da LGPD. .
3. 3. Deverá ser cumprido o Ofício- Circular nº 39, 12 de julho de 2023 - DCJ- DMAP, para que seja deliberado, preferencialmente na primeira decisão a ser proferida nos autos, sobre o nível de sigilo aplicável aos casos concretos, alterando- os quando necessário, vedando- se a remessa de recursos ao TJPR sem prévia decisão a respeito do sigilo aplicável ao caso concreto.
3. 4. Ainda que o procedimento investigatório seja cadastrado pela autoridade policial, compete à secretaria a sua conferência após a distribuição, providenciando- se as eventuais e necessárias retificações, por força do inciso I art. 670 CNFJ.
4. Atualizar constantemente os cadastros do Sistema PROJUDI, por exemplo, os assuntos e as classes processuais, a fim de que retratem a realidade dos relatórios da unidade judicial.
4. 1. Conforme decisão proferida no SEI 0040729- 89. 2023. 8. 16. 6000, há o entendimento, entre a SESP e o MPPR, de que não é possível instaurar qualquer apuração criminal (mesmo no Boletim em Análise) com objeto de mortes à apurar, suicídio sem ilicitude, morte sem indícios de crime ou denominação semelhante, devendo sempre ser feita a vinculação a alguma infração penal prevista em Lei. Destarte, nos casos de fato atípico, encaminhar ao MPPR para adoção das providências previstas no ordenamento daquele órgão.
4. 2. Jamais converter a classes e o assunto do inquérito ou do processo de conhecimento para



ANPP ou Execução da Pena de Multa, ainda que haja determinação, uma vez que são procedimentos autônomos, e que redundará na exclusão do feito e dos antecedentes criminais do réu. Nesses casos, os autos deverão retornar ao Distribuidor para correção e retorno aos registros de origem, mesmo os que estejam arquivados.

5. Manter controle rigoroso, extraindo relatórios diários do Sistema PROJUDI e SEEU, em todas as áreas de atuação, evitando que autos perdurem em decurso de prazo. Cumprir a Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 17 de janeiro de 2017 e os artigos 1092 e 1093 do Código de Normas, antecipando as juntadas dos relatórios necessários e a conferência prévia dos dados no sistema.

6. Por força do art. 797, §§ 1º, 2º e 3º, CNFJ, é de responsabilidade do representante do Ministério Público a consulta a sistemas conveniados (SIAP e outros), além da indicação de novo endereço para diligência, salvo a impossibilidade fundamentada de fazê-lo. Esgotadas as diligências que estiverem ao alcance do Ministério Público, a secretaria, havendo determinação judicial, promoverá buscas nos sistemas que a promotoria de justiça não tiver acesso. Obtido novo endereço, deverá ser expedido mandado, mandado compartilhado ou carta precatória, conforme o caso, independentemente de conclusão dos autos ou de nova ordem judicial.

7. Ressalvado o entendimento contrário do juízo, determinada a suspensão do processo decorrente de citação por edital, a secretaria fará a anotação no Sistema PROJUDI, devendo o prazo da suspensão corresponder ao da prescrição da pena em abstrato. Decorrido o interregno desse prazo, voltará a fluir o prazo prescricional a despeito do processo permanecer suspenso, devendo ser novamente anotado o prazo da suspensão no Sistema PROJUDI (art. 799, §§ 1º e 2º). O processo não deverá ser retirado da suspensão, tendo em vista que alterará o quantitativo da unidade judicial, voltando a ser contabilizado nas Metas do CNJ. Entendendo o juízo da necessidade de buscas de endereços, os autos poderão ser consultados e movimentados pelo MPPR, sem a necessidade da retirada da suspensão.

8. As comunicações dos arquivamentos do inquérito policial ao indiciado, à vítima e à Delegacia de Polícia competem ao Ministério Público (art. 28 do CPP).

8. 1. Competem, ainda, ao Ministério Público as diligências para formalização do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), notificando o indiciado, com a discussão dos termos e a aceitação, encaminhado ao juízo apenas para a homologação em audiência (art. 739 e segs. do CNFJ).

9. Efetivar o arquivamento célere dos autos, com as comunicações obrigatórias e as baixas definitivas, tendo em vista que a classificação das unidades judiciais se dá pelo número de distribuição, não pelo número de autos em andamento, o que pode ser resultante da falta da movimentação pela secretaria.

9. 1. Em relação ao arquivamento provisório, sem a baixa definitiva dos autos, verificar a Decisão nº 6987240, do Corregedor- Geral da Justiça no SEI nº 0126066- 17. 2021. 8. 16. 6000, enviada no dia 5 de novembro de 2021 pelo Sistema Mensageiro, a fim de identificar situações que comportem orientação e implementação de medidas atreladas à adequada e célere prestação jurisdicional, para que não permaneçam no campo arquivados sem baixa, o conhecido arquivo provisório.

10. Atentar à destinação antecipada dos bens apreendidos, conforme art. 992 e segs. do CNFJ.

10. 1. Cumprir o Capítulo X - Das Apreensões do CNFJ, que dispõe sobre apreensão, custódia, transporte, doação, devolução e destruição de armamento no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, sobretudo o art. 986, que proíbe o recebimento de armamento nas dependências dos Fóruns para custódia, assim como o art. 928, em relação às substâncias entorpecentes e explosivas e o art. 955, em relação aos veículos, todos do CNFJ.



10. 2. Tratando- se de veículo, a secretaria deverá instaurar de ofício, em apartado, o Procedimento de Destinação de Bens Apreendidos (classe processual 14123), juntando Certidão de Regularidade do Cadastro e Relatório do Veículo Apreendido (Art. 951 do CNFJ).

10. 3. O art. 1. 004 prevê que: "A secretaria, sempre que receber o auto de prisão em flagrante, o procedimento investigatório ou outro feito que possua apreensão vinculada, certificará e encaminhará os autos para análise do(a) Juiz(iza) quanto à destinação do bem". Quando não ocorrer, sugere- se que seja apreciada a destinação na primeira audiência, quando todas as partes estarão reunidas.

10. 4. O Sistema Nacional de Gestão de Bens - SNGB foi disponibilizado pelo CNJ e deve ser utilizado pela secretaria, conforme previsão do CNFJ e salientado no Ofício- Circular nº 9, de 6 de fevereiro de 2024 - GCJ. Deverão ser obrigatoriamente cadastrados todos os objetos à disposição do juízo, ainda que estejam sob o depósito de terceiro (arma, entorpecente, veículo, valor, entre outros), com a decisão para a permanência no curso da persecução penal, sem a determinação da destinação.

10. 5. Até que haja a interoperabilidade, no Sistema PROJUDI, na capa dos autos, deve ser cadastrada a observação de uma apreensão à disposição do juízo no SNGB, com a juntada do comprovante no sistema. Enquanto não existir uma ordenação específica, ou até que haja interoperabilidade, sugere- se a utilização das ordenações "Cadastro CNJ - (SNGB) Apreensão" e "Cadastro CNJ - (SNGB) baixa" para juntada do comprovante de cadastramento no SNGB.

10. 6. O Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) não está mais disponível para o cadastramento dos bens. Não há como transferir os registros, tampouco haverá a interoperabilidade dos sistemas, ficando dispensada a baixa no sistema antigo, a fim de que seja dado maior empenho e atenção no cadastramento de todos os bens à disposição do juízo no SNGB.

10. 7. Tratando- se de arma sob a guarda da autoridade policial (Instituto de Criminalística, Delegacia de Polícia), assim como os entorpecentes e os explosivos, havendo a decisão para a destinação, após a comunicação por e- mail, juntar o comprovante da leitura da mensagem nos respectivos autos, com a baixa definitiva da apreensão para liberação do arquivamento dos autos. Não há a necessidade de aguardar o comunicado da remessa ao Ministério do Exército por parte da autoridade policial, conforme previsão do CNFJ.

10. 8. Em relação às apreensões remanescentes, que não foram encaminhadas nos próprios autos, a secretaria deverá manter abertos os pedidos de destruição, de doação, de leilão e de incineração, possibilitando o relacionamento das apreensões, mesmo das destinações antecipadas, a fim de que os autos principais fiquem liberados para o arquivamento. A apreensão continuará cadastrada nos autos principais e apenas relacionada no respectivo pedido de providência (não é permitida a transferência, nem o novo cadastro, a fim de não ter duplicidade). Ao relacionar a apreensão no pedido, a secretaria deverá registrar, no principal, o número do pedido de providências e a data em que foi relacionada. Não há necessidade de desarquivar o feito ou reabrir a apreensão para colocar a data em que se efetivou a destinação, nem juntar o comprovante, pois poderão ser consultados no pedido de providência. Evitar retrabalhos. A orientação é que esses pedidos sejam finalizados com a efetiva destinação, se possível, a cada 6 (seis) meses (art. 1. 006. § 4, CNFJ).

10. 9 Sugere- se, a todos os servidores e estagiários, a participação no curso do SNGB, disponível no site do CNJ.

11. Após a regularização das execuções, encaminhar as execuções das penas privativas de liberdade, em regime fechado, para Vara de Execuções Penais da área de jurisdição, em



conformidade com o inciso I do art. 29 da Resolução 93, de 12 e agosto de 2013.

11. 1. Está disponível, no site do CNJ, o curso de Execução Penal do SEEU, orientando- se que todos os servidores e estagiários participem.

11. 2. Atentar ao auxílio do Conselho da Comunidade nas apresentações e nos cumprimentos das medidas, com a inserção dos comprovantes no Sistema Projudi, conforme previsão do art. 1. 156 do CNFJ.

12. O parágrafo único do art. 1. 110 do CNFJ, a critério do juízo, prevê a possibilidade do apenado ser cientificado sobre as condições impostas na execução de pena por mandado, dispensando- se a realização da audiência admonitória, afim de reduzir a pauta e de agilizar o início do cumprimento.

13. Conforme certidão acostada ao mov. 5, há Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres na Comarca, devendo o juízo adotar providências para a sua implementação.

14. O art. 172 do CNFJ prevê que a portaria para delegação de atos ordinatórios seguirá o Modelo 1 Portaria Criminal e Anexos, admitidas adaptações às necessidades locais. Ressalta- se que deverão ser imediatamente revogadas todas as portarias que estejam discrepantes e desatualizadas com a legislação e com os atos normativos, principalmente o Código de Normas do Foro Judicial - CNFJ.

15. Destaca- se, novamente, a existência dos materiais disponibilizados pelo Programa GESPRIJUD (<https://www.tjpr.jus.br/web/gesprijud>), a fim de otimizar os procedimentos de trabalho em secretarias (arts. 171 e 172 CNFJ).

16. Esta Corregedoria- Geral da Justiça, com o aprimoramento dos estudos por parte do GESPRIJUD e com base nas estruturas em que foram desenvolvidos os Sistema PROJUDI e SEEU, orienta aos Juízes e às secretarias, que seja adotada a Setorização ou a Rotina Setorizada na unidade judicial, aplicando a que for mais condizente com a realidade local. Essas metodologias apresentam- se, desde o ano de 2008 (quando da implantação no Juizado Especial Cível do Foro Regional de Campo Largo), como as mais assertivas para implantação em qualquer tipo de unidade do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

16. 1. Os servidores, os estagiários e os comissionados devem atuar concomitantemente nas tarefas diárias, organizadas por meio de cronograma de rotinas. Nas Rotinas Setorizadas, sugere- se o agrupamento de competências com matérias semelhantes para diminuir a incidência de mudanças de contexto e erros, bem como proporcionar aumento de foco, tendo sempre como premissa que, independentemente desta divisão, se trata de uma unidade judicial e o conhecimento sobre todas as competências anexas é fundamental. Para tanto, é indicada uma periódica rotatividade das atividades desempenhadas, a serem organizadas e promovidas pelos Chefe de Secretaria e Supervisor, com a finalidade de possibilitar eventuais afastamentos de colaboradores, sem causar prejuízo à unidade.

16. 2. Independentemente da metodologia aplicada, seja ela de Rotina Setorizada ou Setorização, deverão, ainda, ser observados o número de colaboradores, o tempo de realização das tarefas e a utilização de sequenciais como ferramenta própria de distribuição de trabalho no Sistema PROJUDI e SEEU (não do número do processo que é randômico), evitando os controles manuais (como localizadores) e/ou externos (planilhas e etc).

16. 3. A estrutura física do Foro/Comarca deve ser levada em consideração ao aplicar o método de Setorização ou Rotina Setorizada. É indicado que, independentemente da quantidade de competências, os colaboradores possam estar em um mesmo local (sala), para supervisão das



atividades desempenhadas, a colaboração, a troca de informações e as experiências. Não sendo possível, caberá ao Juiz e ao Chefe de Secretaria analisarem a melhor forma de distribuição física das competências anexas, sempre minimizando o distanciamento e promovendo a integração por meio de reuniões com a equipe.

16. 4. Isso decorre das atribuições do Chefe de Secretaria e do Supervisor, definidas pela Lei Estadual nº 21. 047, de 18 de maio de 2022, quanto à realização das atividades num mesmo espaço, objetivando a fiscalização e cobrança das atividades desenvolvidas, diante das previsões dos incisos II, IX e XI art. 51, e incisos I, III, V e X do art. 2º: "Art. 1º Ao Chefe de Secretaria compete: [...] II - coordenar e executar os serviços de documentação, de certificação, de movimentação e de comunicação processuais; [...] IX - manter a ordem e o decoro no interior da Secretaria; [...] XI - observar rigorosamente os procedimentos inerentes à tramitação dos processos e fazer que os demais servidores e estagiários da Secretaria observem, em especial, no que se refere aos sistemas informatizados e a padronização das informações ali lançadas, tais como o uso correto dos movimentos das Tabelas Processuais Unificadas de Documentos do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça, a alimentação de dados, a utilização das funcionalidades e das ferramentas, inclusive dos modelos disponibilizados. Art. 2º Ao Supervisor de Secretaria compete: I - supervisionar, em nível auxiliar, ao Diretor de Secretaria e, segundo sua orientação, todas as atividades relacionadas com os serviços da Secretaria; [...] III - supervisionar e executar atividades relacionadas à elaboração e conferência dos serviços judiciais e administrativos da Secretaria; [...] V - manter a ordem e o decoro no interior da Secretaria; [...] X - observar rigorosamente os procedimentos inerentes à tramitação dos processos e fazer que os demais servidores e estagiários da Secretaria observem, em especial, no que se refere aos sistemas informatizados e à padronização das informações ali lançadas, tais como o uso correto dos movimentos das Tabelas Processuais Unificadas de Documentos do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça, a alimentação de dados, a utilização das funcionalidades e das ferramentas, inclusive dos modelos disponibilizados.

17. No período correccionado, não constam mensageiros não lidos pela Chefe de Secretaria. Cumprir o art. 10 CNFJ e o art. 159, § 1º, RI/TJPR.

Determinações:

I - À SECRETARIA:

1. A secretaria deverá regularizar todas as falhas apontadas nesta ata e apresentar as justificativas, que não sejam genéricas e repetitivas, ao(à) Magistrado(a) no prazo para o cumprimento das determinações desta ata.

II - AO JUÍZO:

1. Concede-se o prazo de 60 (sessenta) dias para que a secretaria cumpra as determinações e regularize todas as falhas apontadas nesta ata, sob a supervisão do(a) Doutor(a) Juiz(iza) de Direito, independentemente de adoção de outras medidas administrativas por parte do juízo.

2. O(A) Magistrado(a) deverá acompanhar o trabalho e revisar os cumprimentos a serem realizados

pela unidade no Sistema PROJUDI e SEEU.

3. As justificativas, o cumprimento e a revisão devem ser feitas na aba Informações Adicionais. Havendo a necessidade de juntada de certidões ou de pedidos, esses deverão ser feitos na movimentação deste processo, não devendo serem feitos pedidos ou comunicações via Mensageiro ou SEI, conforme previsão dos §§ 3º e 4º art. 46 do CNFJ.

III - À CORREGEDORIA:

1. À Supervisão Administrativa da Corregedoria- Geral da Justiça para os devidos fins.

2. Comunique- se, por meio do SEI, o desfalque de servidores apontado na aba "Dados Gerais" desta ata à Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR).

3. Junte- se cópia desta Ata nos expedientes SEIs nº 0012957- 20. 2024. 8. 16. 6000 e 0034543- 55. 2020. 8. 16. 600, solicitando à Secretaria de Infraestrutura providências para a reforma dos espaços físicos do fórum da Comarca de Alto Piquiri, viabilizando condições adequadas de trabalho aos servidores e às pessoas que frequentam as dependências do fórum.

Analisado em 05/02/2025.

Curitiba 6 abril 2025

Desembargador Fernando Wolff Bodziak - Corregedor-Geral da Justiça, Corregedor-Geral da Justiça

